TC nº 72-008.557.16-66

REPRESENTAÇÃO. EDITAL. CONCORRÊNCIA. SMSP. Registro de preços para a prestação de serviços pontuais de engenharia em áreas públicas atingidas por eventos ou processo que degenerem sua funcionalidade. Perda do objeto. CONHECIDA. PREJUDICADA. DETERMINAÇÃO. Votação unânime.

Legislação citada: Instr. 02/15, TCMSP.

Relatório e voto englobado TCs 72-007.336.16-61, 72-008.121.16-30, 72-008.288.16-56, 72-008.424.16-62, 72-008.117.16-63, 72-008.118.16-26, 72-008.119.16-99, 72-008.557.16-66, 72-008.702.16-63.

2.945ª Sessão Ordinária

Trânsito em julgado: 02/03/2018

A C Ó R D Ã O

Processo julgado em bloco, nos termos da Resolução 6/2017 desta Corte, do qual é Relator o Conselheiro DOMINGOS DISSEI.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer da representação interposta, porquanto atendidas as exigências estabelecidas no Regimento Interno desta Corte.

ACORDAM, ainda, à unanimidade, quanto ao mérito, em julgá-la prejudicada em razão da perda superveniente de seu objeto, diante da revogação do procedimento licitatório pela Origem, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 21/12/2016.

ACORDAM, outrossim, à unanimidade, em determinar à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais que, na ocasião da abertura de procedimento licitatório que venha a substituir o certame revogado, faça constar o propósito de o suceder, em estrita observância à Instrução 02/2015 deste Tribunal.

ACORDAM, afinal, à unanimidade, em determinar, após o cumprimento do que estabelece o artigo 58 do Regimento Interno desta Corte, o arquivamento dos autos.

Participaram do julgamento os Conselheiros JOÃO ANTONIO – Revisor, MAURÍCIO FARIA e EDSON SIMÕES.

Presente o Procurador Chefe da Fazenda CARLOS JOSÉ GALVÃO.

Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, 20 de setembro de 2017.

ROBERTO BRAGUIM
Presidente

DOMINGOS DISSEI
Relator

RELATÓRIO

Cuida-se de representação interposta por Cláudia Roberta Santesso Bianco**,** em face do Edital da Concorrência 03/SMSP/COGEL/2016, da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, atual Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, tendo por objeto a o Registro de Preços para a prestação de serviços pontuais de engenharia em áreas públicas atingidas por eventos ou processo que degenerem sua funcionalidade.

A representante se insurgiu contra:

. a utilização de registro de preços, visto que inadequada para abrangência da contratação complexidade de serviços, cuja aplicação não gera impedimento às empresas em recuperação judicial ou extrajudicial de participarem;

. o momento de apresentação da documentação de regularidade fiscal e a vedação de participação de empresas inscritas no CADIN Municipal;

. a omissão quanto à possibilidade de participação e condições especiais referentes às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

. a proibição de participação de Empresas sob a forma de consórcio;

. a ausência de prazo de resposta para pedidos de esclarecimentos;

. a exigência excessiva para comprovação de qualificação técnica, mediante a composição mínima de equipes com 02 (dois) engenheiros civis ou equivalentes; e,

. a ausência de quantitativo estimado dos insumos a serem contratados, objeto licitado semelhante a outros contratos, como estabelecido nos anexos IV e VI, do Edital.

Após exame, a Auditoria manifestou-se pela procedência parcial dos apontamentos.

A Origem foi instada a oferecer esclarecimentos, ocasião em que comunicou a revogação do certame conforme despacho publicado no DOC de 21.12.2016.

A Assessoria Jurídica de Controle Externo, por seu turno, manifestou-se no sentido de que a revogação do procedimento licitatório esvaziou o interesse de agir do Representante, razão pela qual entendeu que a presente deve ser julgada prejudicada pela perda superveniente de seu objeto.

A Procuradoria da Fazenda Municipal manifestou-se também pela perda de objeto da representação.

A Secretaria Geral opinou pelo conhecimento da representação, tendo em vista a comprovação da cidadania da representante, bem como atendidos os requisitos exigidos do Regimento Interno deste Tribunal, e, no mérito, igualmente, pela perda de objeto.

É o relatório.

VOTO

1 **-** CONHEÇO da representação, porquanto atendidas as exigências estabelecidas no Regimento Interno deste Tribunal.

2 - No mérito, diante da revogação do procedimento licitatório pela Origem, publicada no DOC, edição do dia 21/12/2016, **JULGO PREJUDICADA a representação em julgamento,** em razão da perda superveniente de seu objeto.

3 - Determino que à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais que, na ocasião da abertura de procedimento licitatório que venha a substituir o certame revogado, faça constar o propósito de suceder o certame revogado, em estrita observância à Instrução 02/2015 deste Tribunal.

4 - Após o cumprimento do que estabelece o artigo 58 do Regimento Interno deste Tribunal, arquivem-se estes autos.

É como voto.